

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. GIOVANI FELTES)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para disciplinar a permanência de acompanhantes de crianças e adolescentes internadas em estabelecimentos de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para disciplinar a permanência de acompanhantes de crianças e adolescentes internadas em estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 8.069, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsáveis, ou pessoa por estes autorizada, nos casos de internação de criança ou adolescente, incluindo em unidades de terapia intensiva, de cuidados intermediários, e unidades neonatais

§ 1º O estabelecimento de saúde deverá providenciar as condições adequadas de permanência do acompanhante, disponibilizando no mínimo uma poltrona.

§ 2º Os acompanhantes serão orientados sobre regras e os protocolos de biossegurança a serem seguidos.

§ 3º Poderá ser exigida a saída do acompanhante:

I - temporariamente, para limpeza do ambiente, higienização do paciente e para realização de procedimentos clínicos ou cirúrgicos de maior complexidade;

II - em caso de riscos à saúde do paciente ou do acompanhante, enquanto perdurar a situação;



III – por descumprir de regras de biossegurança, perturbar pacientes ou seus acompanhantes, causar desordem ou qualquer outro comportamento incompatível com a tranquilidade do ambiente. (NR)”

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição foi inspirada no projeto "COLO DE LAURINHA" do pelotense Jeferson Bilhalva.

Depois de perder a afilhada de apenas cinco meses, ele entendeu que era preciso fazer algo para amenizar a dor das crianças internadas e dos familiares, e passou a percorrer as unidades hospitalares para sensibilizá-las para que permitissem a permanência por 24 horas de acompanhante nas Unidades de Terapia Intensiva - UTI.

Assim, a proposição apresentada tem como objetivo principal garantir e ampliar um direito essencial, já constante no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, permitindo a permanência por 24 horas de um dos pais, responsável ou pessoa devidamente autorizada por estes, como acompanhante de pacientes nos casos de internação em Unidades de Terapia Intensiva - UTIs pediátricas e neonatais.

Estudiosos deste tema destacam a relevância da participação de um acompanhante no decurso da hospitalização, especialmente quando se refere a crianças internadas em UTIs Pediátricas e Neonatais, já que a internação nesta faixa etária pode desencadear sentimentos negativos, de medo e insegurança, e a presença de seus cuidadores pode ser um atenuante através da oferta de sentimentos positivos, restabelecendo sua confiança nos profissionais e na cura.

A presença da família ou de alguém por ela autorizado, permite a criação de um laço de comprometimento de todos os envolvidos, paciente, equipe médica e acompanhante, podendo cotidianamente observar sua evolução clínica.



Há estudos que avaliaram a compreensão da equipe multidisciplinar quanto à presença da família na UTI, onde foi visto que os profissionais consideram a presença da família e, em especial da mãe, como uma forma de promover e manter a inter-relação criança-família-equipe, tendo como resultados a neutralização dos efeitos negativos oriundos da separação e, assim, alcançando a melhora da adaptação da criança ao hospital e facilitação da aceitação do tratamento.

Contudo, é necessário que o cuidador seja instruído para colaborar com a assistência, sendo orientado sobre os procedimentos de rotina que serão executados na criança, sua conduta no setor e a utilização dos materiais de proteção individual, tornando-o, assim, elemento de segurança durante a estadia da criança na unidade.

Nessa perspectiva, o envolvimento do acompanhante durante o processo de cuidar, voltado para a criança hospitalizada, e a garantia da sua presença no transcorrer de todo período de internação são vistos como progresso em termos de humanização, qualidade da assistência e minimização dos efeitos negativos ocasionados pela hospitalização.

Nesse contexto, apresentamos este Projeto de Lei, com o viés de diminuir conflitos e positivar minimamente procedimentos de acompanhamento nas UTIs, ao que solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação dessa importante medida que garantirá o direito ao acolhimento por parte da família, a diminuição da dor e a garantia de todo o suporte aos internados nas UTIs pediátricas e neonatais.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado GIOVANI FELTES

2022-6180

